

Imperialismo faraônico e exploração econômica no Levante do Bronze Tardio¹

Pharaonic imperialism and economic exploitation in the Late Bronze Levant

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2017v6.n2.p43](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v6.n2.p43)

Fábio Frizzo de Moraes Lima²

Recebido em 01 de outubro de 2016

Aprovado em 04 de maio de 2018

RESUMO

O artigo tem como objetivo principal demonstrar a lógica da exploração econômica na periferia levantina do império faraônico do Reino Novo. A literatura especializada questiona os interesses econômicos do imperialismo egípcio por meio de análises que pensam as vantagens materiais apenas pelo ponto de vista do fluxo maciço de matérias-primas em direção ao centro imperial. Buscaremos apontar, por outro lado, que os benefícios econômicos envolviam relações mais amplas, como o estabelecimento de uma estrutura de domínio e exploração com redes de relações entre as diferentes elites imperiais, que garantiam a manutenção do domínio faraônico na região do Levante. Isto pode ser comprovado por meio de três conjuntos de evidências: 1) a correspondência diplomática, tanto entre os reis de mesmo *status*, quanto naquela entre o faraó e os governantes vassallos; 2) pela análise do funcionalismo do aparelho estatal egípcio destinado à fiscalização e manutenção imperial; 3) pelo estudo da arquitetura egípcia na região da Síria-Palestina. Em síntese, os diferentes mecanismos de exploração econômica faraônica no Levante foram importantes não apenas para manter as elites do centro imperial, mas levaram a um aprofundamento da relação de classe no interior da periferia.

Palavras-chave: Imperialismo egípcio; Economia Antiga; Reino Novo.

ABSTRACT

This paper aims to show the ways of the economic exploitation in the periphery of the New Kingdom pharaonic empire. The specialized literature questions the imperial economic interest through analysis which understand material advantages exclusively as a massive flow of raw products. Otherwise, we will demonstrate that the economic benefits include broader relations between distinct imperial elites, who ensure the conservation of the pharaonic domain in the Levant. This could be testified through three sets of evidences: 1) the diplomatic correspondence, both between kings with same status and between the pharaoh and his vassal governors; 2) through an analysis of the egyptian state bureaucracy intended to supervise and maintain the empire; 3) through the study of egyptian style architecture in the Syria-Palestine. In summary, the distinct economic exploitation mechanisms used by the egyptians over the Levant were central not only to assure the imperial central elites, but also led to an aggravation of the class relation in the interior of the periphery.

Keywords: Egyptian imperialism; Ancient Economy; New Kingdom.

1. Uma versão deste texto está presente na minha tese de doutorado "Estado, Império e Exploração Econômica no Egito do Reino Novo", defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em 2016.

2. Professor de História Antiga e Teoria da História na Universidade Estácio de Sá e no departamento de História do Instituto Universitário de Estudos e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro na Universidade Cândido Mendes. Tem seu mestrado e doutorado em História Social do Antigo Egito pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, pesquisando as estruturas econômico sociais das sociedades pré-capitalistas, com ênfase na Antiguidade Faraônica.
[ORCID: 0000-0001-5523-5884](https://orcid.org/0000-0001-5523-5884)

Introdução

Foi no século XIX que apareceram os primeiros estudos do tipo de relação que naquele momento foi chamado de imperialismo, com base no conceito já antigo de “império”, que tem suas próprias raízes na antiguidade clássica. A partir de então, muitas realidades históricas de interações internacionais desiguais passaram a ser classificadas como imperiais ou imperialistas.

Na história faraônica, embora costumeiramente seus períodos sejam classificados como antigo, médio e novo impérios, somente a partir do século XVI a.C. é que o Egito pode ser chamado efetivamente de império, uma vez que passou a exercer poder direta e indiretamente sobre áreas estrangeiras ao sul e norte de suas fronteiras naturais.

As análises das ações imperialistas do Egito na Síria-Palestina ainda são palco para discussões acerca das pretensões faraônicas no domínio da região. Michael Hasel (1999, p. 11) sintetizou as dúvidas envolvidas nestes debates em três grandes questões: 1) se havia um real interesse econômico ou se os egípcios estavam apenas interessados em um controle geográfico; 2) se a interação entre o Egito e o Levante foi composta por uma dinâmica exploradora, que acabou por debilitar a região, ou por relações mais horizontais que tiveram o resultado oposto, de conduzir a Síria-Palestina a um desenvolvimento socioeconômico; 3) qual teria sido o modelo utilizado para orientar as ações egípcias na Ásia, um imperialismo colonizador ou uma dinâmica de emulação da elite?

O tema do interesse econômico está diretamente ligado à interpretação que se faz de sua organização e a quais os objetivos podem ser enquadrados na categoria de “interesse econômico” numa sociedade pré-capitalista.

Partindo do princípio de que uma motivação econômica estaria ligada à extração de todos os recursos da periferia pelo centro, Shemuel Ahituv (1978, p. 105) defendeu que o interesse econômico egípcio na expansão para Canaã, se existente, era extremamente limitado. Os custos sociais envolvidos no transporte de produtos agrícolas em grandes volumes tornava desinteressante o investimento nesta forma de exploração das áreas dominadas. Por outro lado, o autor acredita que mesmo o fluxo de bens de luxo, categoria exemplificada apenas por vinho e mel, tinha importância reduzida, assim como as importações metálicas que, se comparadas com as riquezas vindas da Núbia, eram insignificantes.

A leitura de Ahituv é deficiente por falta de compreensão de um contexto maior, no qual seus argumentos se tornam muito menos efetivos. As dificuldades relativas ao transporte de grandes quantidades de produtos agrícolas não impedem sua utilização pela estrutura imperial, que tinha que manter tropas e pessoal administrativo na Síria-Palestina para o controle territorial, para a contenção das sedições e do avanço de outros impérios, e para a manutenção do fluxo de bens de prestígio que transitavam pelas rotas do antigo Oriente Próximo. Soma-se a isto a análise incorreta de que os produtos de luxo seguiam em pequenas quantidades para o Egito. A dinâmica imperialista garantia um fluxo contínuo de bens de prestígio, atestado não apenas pelas trocas internacionais, mas também pelas cenas e registros de tributos.

Por fim, a análise das importações metálicas é problemática em dois sentidos. Primeiro, a dominação imperial do Levante foi importante para garantir a exploração de cobre e a própria autossuficiência do Egito relativa a este minério, com a produção das minas do Sinai. Segundo, a comparação das riquezas metálicas conquistadas na Síria-Palestina e na Núbia é feita a partir de um valor de troca para metais como ouro e cobre baseado nas equivalências gerais constatadas nos intercâmbios internos. Tal equivalência, embora fosse constatada pelos egípcios, não garantia necessariamente a possibilidade de troca ou mesmo a participação de diferentes produtos em uma única esfera de circulação. Em outras palavras, o ouro e o cobre eram usados majoritariamente em tarefas um tanto distintas, já que o segundo tinha sua principal função no abastecimento dos exércitos. Outrossim, não havia garantias de que os imensos montantes auríferos advindos da Núbia pudessem ser trocados com a mesma taxa de equivalência interna pelas enormes quantidades de cobre necessárias à satisfação das demandas faraônicas.

O interesse nos benefícios econômicos relativos à dominação imperialista da Síria-Palestina pode ser constatado na exploração da produção nativa, mas de forma distinta de um modelo de colonização. A perspectiva colonial está normalmente associada às empreitadas imperiais por conta de sua ligação com as colônias gregas ou fenícias antigas e, noutro sentido, principalmente, às estruturas do neocolonialismo moderno.

Um elemento importante a ser ressaltado é a oposição entre o tipo de sistema imperial característico de uma sociedade pré-capitalista do Bronze Tardio e o modelo tradicional do imperialismo contemporâneo. É necessário compreender que a exploração econômica no pré-capitalismo refere-se a uma esfera muito mais ampla de relações do que o movimento estrito de grandes fluxos de riqueza da periferia para o centro – característico dos impérios a partir do mundo moderno. Uma distinção correlata é a inexistência, no mundo antigo, da relação social de reprodução do capital. Desta maneira, as trocas internacionais entre os reinos do Bronze Tardio restringiam-se ao intercâmbio de valores de uso³.

Deve-se, primeiramente, concordar com Donald Redford de que “Nos territórios da Ásia Ocidental, o Egito estava interessado principalmente em recursos, incluindo força de trabalho e corredores de tráfico, não em terra para colonização⁴” (REDFORD, 1990, p. 76, tradução nossa)⁵.

Raphel Giveon concorda com a presença da motivação econômica no esforço egípcio no Levante, ressaltando que as condições naturais locais gravavam produtos que, por serem incomuns na “Terra Negra”, eram extremamente apreciados pelo consumo da classe dominante, como azeite de oliva, especiarias e madeira de qualidade. Duvidoso é o argumento do mesmo autor de que determinados produtos agrícolas, como gado e cereais, eram menos custosos de serem produzidos na Síria-Palestina uma vez que o faraó conseguisse impor seu domínio sobre a região (GIVEON, 1978, p. 5). Ora, por maior que tenha chegado a ser o nível de exploração imperial, dificilmente a produção agrícola seria menos custosa do que aquela garantida pelas terras extremamente férteis e abundantes do Vale do Nilo. De qualquer forma, somente o fluxo de bens de prestígio já seria suficiente para garantir um benefício econômico derivado da hegemonia sobre áreas levantinas.

3. Sobre a natureza do imperialismo no capitalismo há inúmeros estudos desde a virada do século XIX para o século XX. Dentre eles, Lenin, por exemplo, considera a lógica das relações internacionais desiguais só um dos movimentos de expansão do capital no que ele chama de “fase superior do capitalismo” (LENIN, 1977). As sociedades pré-capitalistas, todavia, diferenciam-se do capitalismo pela inexistência de capital no sentido de valor que se valoriza, já que não contam com uma realidade social na qual existe o valor (ou valor de troca) servindo como equivalente universal estabelecido em horas de trabalho socialmente necessárias para produção de determinada mercadoria (MARX, 1983). Desta forma, as trocas nas sociedades pré-capitalistas ocorriam entre valores de uso, o que não pressupõe a inexistência de vantagens ou benefícios diversos, mas está ligado ao caráter da produção mais do que da circulação. Este debate está obviamente ligado às discussões sobre economia antiga e à contenda entre modernistas, primitivistas, formalistas, substantivistas e outros modelos de interpretação das realidades econômicas pré-capitalistas.

4. “In the territories of Western Asia Egypt was interested primarily in resources, including manpower, and transit corridors, not in land for colonization.”

5. Não deixa de ser interessante notar que o mesmo autor, no início mesma obra, apresenta uma posição um diferente ao declarar, na página 2, que a Ásia atraía o Egito “sim pelos bens que passavam por ela e por sua localização estratégica; seus recursos nativos eram limitados”.

6. "The taxation of Palestine is the "fuel of the Egyptian expansion" providing the financial basis for the military campaigns and the administrative apparatus set up in the conquered territories".

7. "The survey of architecture and material culture above suggests that the Egyptians had a strong interest to dominate the region for economic, political and even ideological reasons. Egypt's interest was to provide a sense of *msX* "truth, justice, order," in these territories while fulfilling its economic interests through taxation and trade. The thesis that Egyptian military activity was a response to rebellious and unruly elements that worked against these interests, mitigates against the wholesale destruction of cities and populations that were the source of revenue and part of a larger socioeconomic structure. Indeed, the military actions described so vividly during this last period of Egyptian domination attest to the resistance Egypt was facing for other internal and external reasons".

Mesmo reconhecendo o interesse econômico do acesso às rotas comerciais, especialmente da Síria, Marcus Müller acaba submetendo-o a imperativos militares: "(...) a tributação da Palestina é o "combustível da expansão egípcia" fornecendo a base financeira para as campanhas militares e para o aparato administrativo estabelecido nos territórios conquistados" (MÜLLER, 2011, p. 237, tradução nossa).

Müller acaba cometendo uma inversão de papéis que é, no fundo, orientada por uma perspectiva mais tradicional da expansão egípcia, que tende a incorporar um pouco o discurso das fontes. Como o objetivo do seu trabalho é mapear a estratégia bélica de controle do império setentrional, a base financeira acaba subordinada a uma necessidade expansionista militar. A explicação para isto pode estar na leitura mais literal da documentação acerca da expansão no início da XVIIIª Dinastia, que a retratava como uma necessidade de segurança, ou mesmo através de um imperativo ideológico relacionado à propriedade universal do faraó. Outra possível explicação seria a perspectiva de que o imperialismo é motivado pela pressão da fração militar da classe dominante, em busca de ascensão social e enriquecimento proporcionado pela continuidade dos conflitos.

Relacionando também os interesses econômicos aos geopolíticos no Oriente Próximo está a sugestão de Daniela Martins (2013, p. 159), que afirma que um dos objetivos do esforço egípcio no Levante era a transformação do sul da Palestina, desde Thutmés III, em uma zona tampão para proteção em face de outros impérios como Mitanni e, posteriormente, Hatti.

Sem abandonar a perspectiva dos ganhos econômicos, uma visão mais interessante seria conjugá-los com outros tipos de interesse. Uma tentativa neste sentido foi sintetizada por Hasel:

A avaliação da arquitetura e da cultura material (...) sugere que os egípcios tinham um forte interesse em dominar a região por razões econômicas, políticas e até ideológicas. O interesse egípcio era fornecer um senso de *maat*, "verdade, justiça, ordem" a esses territórios enquanto cumpria seus interesses econômicos por meio da taxaço e da troca. A tese de que a atividade militar egípcia era uma resposta a elementos rebeldes e indisciplinados que trabalhavam contra esses interesses, mitiga contra a destruição por atacado das cidades e populações que foram as fontes de renda e parte de uma estrutura socioeconômica maior. De fato, as ações militares descritas tão vividamente durante o último período da dominação egípcia atestam a resistência que o Egito estava enfrentando por outras razões internas e externas⁷. (HASEL, 1996, p. 173-174, tradução nossa)

Tomar como base uma perspectiva totalizante como esta é necessário para não cair em interpretações que descolam por demais as diferentes estruturas da vida social. Desta maneira, defender a existência de um interesse econômico na expansão imperialista não pode significar a separação da esfera do econômico que, no universo das sociedades pré-capitalistas, estava indissociavelmente ligada às – ou encrustada nas – demais esferas da vida social, como a religião e a política (POLANYI, 2012, p. 100).

Para atender a todos os interesses que impulsionaram a expansão do imperialismo faraônico para a Síria-Palestina, houve a necessidade de desenvolver um modelo de dominação que fosse se adequando aos diferentes contextos geopolíticos da região. Tal modelo era composto por uma rede administrativa e uma estrutura física com diferentes tipos de assentamentos, sempre integrando elementos egípcios e nativos.

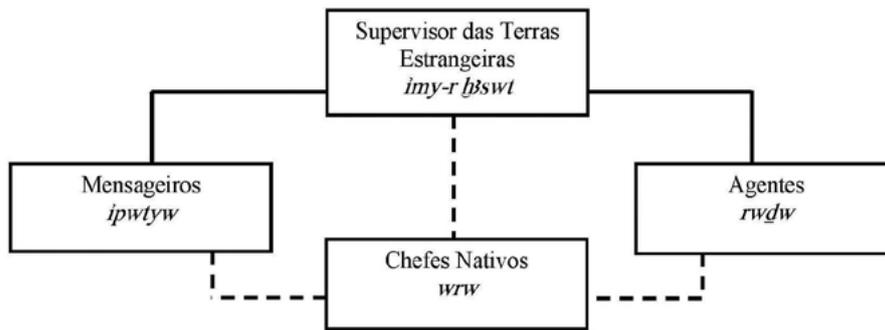


Figura 1- Organograma dos elementos centrais da administração imperial no Levante.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

O núcleo principal da administração egípcia no império setentrional tinha uma organização bastante simples, ainda que contasse com outros cargos menores. Como principais funcionários responsáveis estavam os “Supervisores das Terras Estrangeiras”. Em conjunto com eles, atuavam os mensageiros ou enviados reais, responsáveis por representar os interesses faraônicos nas cidades levantinas sob a sua hegemonia, e os agentes que atuavam na fiscalização dos tributos. Por fim, a estratégia imperial de subsunção das estruturas locais de poder levava o Egito a cooptar as lideranças nativas para que agissem como extensões do poder faraônico na região.

Ainda que o modelo faraônico de dominação imperial tenha contado com funcionários enviados e estruturas construídas na Síria-Palestina, é possível afirmar que a lógica central era a manutenção de uma forma de controle indireta que dependia fortemente da utilização das lógicas sociais nativas, como a cooptação das lideranças locais.

Os chefes nativos e os laços de dependência pessoal.....

Ao expandir o seu império para o Levante, o Egito deparou-se com uma realidade bastante distinta no que diz respeito às formações políticas. Se, por um lado, as relações com grandes monarcas, como aqueles de Mitanni, Hatti e Babilônia, era marcada por uma realidade similar à da “Terra Negra”, onde o reino funcionava ideologicamente como *household* do governante (CARDOSO, 2003, p. 98), a convivência com os pequenos líderes da Síria-Palestina foi marcada por uma alteridade que deu origem a problemas de interpretação.

Diferentemente da perspectiva centralista da ideologia faraônica, o sistema asiático era marcado por relações políticas configuradas como extensão de mecanismo de auxílio e proteção típico de relações de parentesco, e marcadas por certa lógica de reciprocidade. De maneira muito semelhante ao ocorrido na relação entre Estado material e comunidades camponesas dentro da “Terra Negra”, o império egípcio também buscou operar através da subsunção de relações de parentesco para que estas passassem a funcionar segundo os interesses da classe dominante do centro imperial.

A submissão dos príncipes asiáticos após a conquista se dava por meio do estabelecimento de um vínculo de dependência pessoal marcado

por um juramento, conforme retratado no relato da *Estela de Gebel Barkal* sobre a vitória de Thutmés III em Megiddo.

Eles [os chefes] estavam de pé em suas muralhas louvando Minha Majestade para que lhes fosse concedido o alento da vida. Minha Majestade fez, então, que lhes fosse tomado o juramento de lealdade, dizendo: “Não repetiremos o mal contra o rei Menkheperra – que lhe seja concedida vida! –, nosso senhor, durante nosso período de vida, posto que presenciemos seus poderes. Ele nos concedeu o alento da vida porque ele quer. Seu pai é quem o fez, [Amon-Rá, senhor dos tronos das Duas Terras] e não a ação dos homens”⁸. (GALÁN, 2002, p. 121, tradução nossa).

8. “Ellos estaban de pie em sus murallas alabando a mi mahestad para que les fuera concedido el aliento de vida. Mi majestade hizo entonzes que se les tomara el juramento de lealtad, diciendo: ‘No repetiremos el mal contra el rey Menkheperra –que se le conceda vida! –, nuestro señor, durante nuestro período de vida, puesto que hemos presenciado sus poderes. Él nos há concedido el aliento porque é quiere. Su padre es quien lo ha hecho, [Amon-Ra señor de los tronos de las Dos Tierras], y no la acción de los hombres”.

9. Embora Galán tenha optado por traduzir o verbo intransitivo Htp como “estar sorrindo”, aqui optamos pela sua tradução como “estar em paz”.

10. O termo utilizado nos Anais para se referir às obrigações anuais é *nt-a*, que Galán defende denotar um documento escrito que firmava um “acordo” ou uma “obrigação”. Todavia, a palavra permite outras traduções como “costume”, “hábito”, “ritual”. Considerando o caráter consuetudinário da lei egípcia, importa menos a existência de um tratado escrito (que, embora fosse um costume em nas relações internacionais do Oriente Próximo, corre o risco de ser uma projeção anacrônica da dinâmica moderna de registrar os pactos na forma da escrita), do que a realidade de que era uma convenção institucionalizada por ambas as partes. Para o texto dos Anais ver (GALÁN, 2002, p. 90)

11. “(4–11) [Lo]k, when Manahpiya, king of the land of Egypt, the father of your father, would appoint [T]a[ku, the fath]er [of] my [fath]er to kingship in the land of Nuḡasse, then he poured oil on his head and thu[s] he said, “Whom the king of E[gypt] has app[ointed] to kingship [and] poured [oil on his head], [let not] anyone [.....] He gave [....] Now [.....]” (RAINEY, 2015, p. 285)

12. Embora tenha-se utilizado as referências à tradução das cartas feitas por Moran durante o texto, para fins de padronização, escolhemos trabalhar com o texto traduzido por Rainey, de modo que os originais em inglês, citados nas notas de rodapé são referentes à tradução deste autor.

A mesma fórmula utilizada para se referir ao juramento (*sDf tryt*) reaparece em uma passagem da *Estela de Mênfis* de Amenhotep II: “Quando Sua Majestade alcançou Kadesh, o chefe da cidade veio em paz⁹ à Sua Majestade. Fez-se com que ele e seus filhos/súditos tomassem o juramento de lealdade”(GALÁN, 2002, p. 157).

Ainda que a promessa dos governantes locais não tenha sido questionada, Morschauser (1988) discorda da tradução da expressão *sDf tryt* como “juramento de lealdade”, afirmando que ela se refere a um pedido de perdão por uma transgressão e, portanto, deveria ser traduzida como “expurgar o pecado”. O autor justifica seu argumento não apenas pela discussão etimológica da expressão, mas também contextualizando a documentação e demonstrando que os príncipes rebeldes haviam, nestas situações, rompido o “acordo” com o faraó, que estaria permitindo que eles se redimissem desta falta.

Ora, independentemente da tradução dada ao termo *sDf tryt*, o foco aqui deve estar no fato de que havia uma relação de dependência pessoal firmada entre o monarca egípcio e os líderes submetidos na Síria-Palestina, e que esta relação se expressava por meio de uma declaração ou promessa. Mesmo que, como visto, Donald Redford (1979, p. 274) defenda que a submissão dos príncipes levantinos ao faraó não tenha contado com tratados sofisticados como aqueles elaborados na Ásia Ocidental, os *Anais* de Thutmés III mencionam claramente a presença de uma instituição social¹⁰ que determinava as obrigações anuais dos príncipes, pelo menos no que diz respeito à tributação. Ademais, há referência a um ritual de unção que simbolizava o vínculo pessoal em uma carta de Adad-Nirari I, rei da Assíria, ao faraó:

[Ve]ja, quando Manahpiya, rei da terra do Egito, o pai do seu pai, nomeou [T]a[ku, o pa]i [do] meu [pa]i para monarquia na terra de Nuḡasse, ele pôs óleo em sua cabeça e entã[o] ele disse, “Aquele que o rei do E[gipto] no[meou] para monarquia [e] pôs [óleo em sua cabeça], [que] ninguém [.....]”¹¹ (EA 51: 1-4 Moran)¹²

O juramento implicava um compromisso de reciprocidade desigual entre as duas partes: o monarca egípcio garantia o “alento da vida” em troca da fidelidade do governante nativo. Ou pelo menos esta era a perspectiva faraônica derivada da visão de mundo centralista da “Terra Negra”. A compreensão derivada da tradição asiática era distinta, implicando uma correspondência característica das relações de parentesco que emulava, nas quais o filho deve obediência ao pai em troca de proteção. No cenário internacional, estas relações acabavam por estabelecer territórios que se assemelhavam a protetorados estrangeiros, comprometidos com a fidelidade e um laço de informação e proteção mútua (LIVERANI, 2003, p. 183-186).

Normalmente, a historiografia do Antigo Oriente Próximo trata essas relações segundo o modelo dos laços de vassalagem característicos do feudalismo europeu. Se isto pode fazer algum sentido para a relação entre os pequenos reis da Síria-Palestina e os grandes monarcas asiáticos, tal racionalidade com certeza não se aplicava às ligações entre esses pequenos reis e o faraó. Violeta Pereyra (1993) é bastante convincente em sua argumentação quanto a isto ao ressaltar que a vassalagem dependia de uma visão de mundo na qual os envolvidos guardavam certo grau de igualdade, mesmo quando havia um desequilíbrio de poder, conforme representa o conceito de *primus inter pares* – o que definitivamente não era o caso para a organização do império faraônico.

Liverani (2003, p. 189) ressalta muito bem que as diferentes perspectivas do Egito e da Ásia acerca dos laços de dependência pessoal criam um sério problema de interpretação expresso pelo vocabulário das *Cartas de Amarna*. Segundo o autor, o verbo acadiano *našāru*, normalmente traduzido como “proteger”, não possuía uma correspondência perfeita com nenhum termo egípcio, aglutinando o significado de diferentes verbos na língua da “Terra Negra”. Desta maneira, *našāru* não conseguia expressar nos destinatários egípcios o significado e proteção política que os remetentes intencionavam, o que gerava mais reclamações acerca do abandono do faraó a seus subordinados, como demonstra, por exemplo, a imensa maioria das missivas de Biblos.

Graciela Gestoso Singer (2008, p. 38) é ainda mais específica no que se refere à avaliação do vocabulário das cartas, ao demonstrar que *našāru* possivelmente era associado à palavra egípcia *sAw*, que incluía os significados de “proteger” e “cuidar”, ou mesmo “preparar”. Isto aumentava o espaço do mal compreendido na correspondência, pois uma exigência faraônica relativa a cuidar de preparativos poderia ser interpretada como uma necessidade de proteção. Por outro lado, na perspectiva sírio-palestina, as cobranças do faraó para que os chefes locais cuidassem de sua região, como a expressa por Rib-Hadda: “Quanto ao rei, meu senhor, [ele disse:] ‘pro[tege-te] e pro[tege a cidade do rei que está sob a tua responsabilidade]’¹³” (EA 126: 30-34 Moran), pareciam contraditórias e até afrontas frente aos constantes pedidos para o envio de guarnições em decorrência da atividade inimiga.

Outro problema semântico que ocorre por conta das diferentes visões de mundo no Egito e na Síria-Palestina refere-se também à contraparte faraônica na reciprocidade estabelecida pelo laço de dependência pessoal. Gestoso Singer (2008, p. 36) mostra que o rei egípcio deveria receber tributos dos príncipes levantinos em troca do “alento da vida”, conformando uma espécie de relação unilateral característica da reciprocidade desigual estabelecida entre divindades e humanos. Na perspectiva egípcia, as relações de dependência eram marcadas pela doação de *anx* (“vida”) em troca de *ba^kw* (“tributo”), sendo esta entrega de vida puramente ideológica. Num sentido contrário, o conceito de *balātu* (“viver”) na Ásia compreendia a intenção explícita de aceitar uma relação política recíproca. Em outras palavras, o conceito de “dispensador de vida” devia ser comumente interpretado pelos governantes levantinos como aquele que garantia “provisões”, outro dos significados do vocábulo *balātu*.

13. “(30–31) Inasmuch as the king, my lord [has said:] “G[uard yourself] (32–44) and gua[rd the city of the king that is in your charge]” (RAINEY, 2015, p. 657-659)

O espaço para interpretações díspares acerca das responsabilidades das duas partes envolvidas no laço de dependência também foi utilizado, algumas vezes, como estratégia dos príncipes locais para conseguir o que julgavam necessário. O tom dos pedidos de Rib-Hadda muitas vezes parece estar acima daquele compatível com uma relação entre o faraó e seus súditos internacionais. O rei de Biblos questiona o descaso do faraó e, aproveitando a perspectiva da necessidade de vida, pede que o monarca da “Terra Negra” envie – no sentido oposto ao comum nas relações imperiais – grãos para a cidade levantina:

Por que tu não enviaste de volta uma palavra para mim para que eu possa saber que coisa eu devo fazer? Eu enviei meu homem ao meu [se]nhor, mas eles confiscaram seus cavalos, então um segundo homem teve seu homem (escudeiro) levado. E nenhuma carta do rei foi entregue ao meu homem.

(14-20) Escuta-me: [Por] que tu te manténs calado enquanto o teu território está sendo tomado? (...) (21-17) Ademais, eu escrevi por uma guarnição e por cavalos, mas eles não foram dados. Apenas envia-me a ordem e eu mesmo irei fazer um tratado com 'Abdi-Ashirta, como fizeram *Yapa'-Haddi* and *Zimredda*, e permanecerei vivo.

(27-33) Ademais, se, além disto, agora a cidade de Sumur e a cidade de Bêt-Arha foram derrotadas, atribua-me Yanhamu e muitos grãos para meu sustento para que eu possa proteger a cidade do meu rei para ele¹⁴. (EA 83: 7-33 Moran)

14. “Why do you not send back word to me that I may know what I should drop I sent a man of mine to my lord, and both his horses were taken. A second man-a man of his-was taken, [and] a tablet of the king was not put [i]n my man's hand. Listen t[fo m]e! 15-20 Wh(y) are you negligent so that your land is being taken? Let it not be said in the days of the commissioners, “The ‘Apiru have taken the entire country!” Not so shall it be said in the days (of the commissioners), or you will not be able to take it back. I 21-29 Moreover, I have written for a garrison and horses, but they are not given. Send back word to me, or like *Yapah-Hadda* and *Zimredda* I will make an alliance with *Abdi-Asirta* and stay alive. Moreover, now that over and above everything else *Sumurand Bit-Arha* have defected, 30-37 may [yo]u put me in *Yanhamu's* charge so he will give me grain to eat th(at) I may guard for him the king's city”. (RAINEY, 2015, p. 49)

Rib-Hadda aproveita-se do contexto para acusá-lo de reter seus mensageiros, cobrar duramente uma posição e ainda requisitar sua nomeação como governante de outra cidade em conjunto com a remessa de grãos, para que ele pudesse mantê-la.

A elaboração mais sintética sobre as responsabilidades dos governantes nativos foi feita por M. Abdul-Kader Mohammad (1956, p. 111-114) em catorze pontos: 1) informar o faraó e obedecer seus representantes; 2) viajar ao Egito para participar de coroações e festivais levando tributos, ou sempre que o rei ordenasse um interrogatório; 3) não abandonar sua cidade sem a permissão real; 4) jurar fidelidade ao faraó; 5) não manter contatos com estrangeiros hostis aos interesses egípcios; 6) proteger sua cidade; 7) proteger os representantes faraônicos; 8) executar os comandos dos representantes; 9) relatar movimentos e manobras de exércitos hostis; 10) suprir os portos com os materiais necessários às campanhas; 11) providenciar hospedagem, alimento e outros suprimentos para as tropas egípcias enviadas em campanha; 12) enviar princesas locais quando fossem solicitadas, em conjunto com os dotes adequados; 13) coletar as corveias locais; 14) pagar os tributos anuais instituídos. A estas obrigações, somo mais uma: 15) enviar filhos ou irmãos para o *kAp* do faraó sempre que solicitado.

Além das corveias mencionadas anteriormente e das responsabilidades dos governantes locais com o abastecimento das necessidades das guarnições e tropas de campanha deslocadas pela Síria-Palestina, há também evidências de que o Egito interferia na divisão agrária, atribuindo terras estrangeiras a funcionários egípcios, além de manter propriedades da monarquia e outras designadas a instituições templárias no Levante.

Uma das evidências da divisão e atribuição de terras estrangeiras consta nos *Anais* de Thutmés III, quando, após a tomada de Megiddo, se afirma que: “Os campos de cultivo foram convertidos em parcelas, as

quais foram designadas aos agentes do Palácio – V. P. S. – para recolher sua colheita¹⁵” (GALÁN, 2002, p. 85, tradução nossa).

Nadav Na’aman (1981, p. 79) interpreta essa passagem, sobre a divisão dos campos cultiváveis (*Axt*) em lotes (*aHt*) trabalhados por camponeses (*iHwty*), como uma demonstração de que este território pertencia à monarquia, numa associação com as terras descritas nos parágrafos não partilhados do *Papiro Wilbour*, trabalhadas por cultivadores em nome das instituições proprietárias (no papiro sempre templos) (GARDINER, 1941, p. 55). A coincidência com o papiro se estende à fiscalização, deixada a cargo dos *rwdw* (“agentes” ou “controladores”).

No que se refere às terras régias no exterior, as cidades que receberam nomes egípcios após as suas conquistas teriam se tornado propriedades faraônicas, como Gaza, que passou a ser chamada de “Aquela-Cerca-da-Pelo-Governante”, e outras que carregavam o nome do próprio faraó. O cultivo dos campos destas cidades era responsabilidade dos chefes locais, que deveriam produzir sob a supervisão dos agentes ou controladores do Palácio. A força de trabalho era, provavelmente, compulsória, conforme apontam como a carta escrita por Biridiya, chefe de Megiddo:

(8-9) Que o rei, meu senhor, seja informado a respeito de seu servo e sua cidade.

(10-14) Agora, sou eu que estou cultivando na cidade de Shunem e sou eu que estou trazendo homens para corveia.

(15-29) Veja, os governantes da cidade que estão comigo não estão fazendo como eu; eles não estão cultivando na cidade de Shunem e eles não estão trazendo trabalhadores para corveia. Mas eu, por mim mesmo, estou trazendo trabalhadores para corveia. De Yapó (Joppa) eles estão vindo, [daqueles que estão sob] minha autoridade aqui, e [da cida]de de Buribda.

(30-31) [Então] que [o rei], meu senhor, seja informado a respeito de sua cidade.¹⁶ (EA 365: 8-31 Moran).

Outra possibilidade era a doação de herdades a complexos templários egípcios, que receberiam o tributo anual daquelas localidades, segundo aponta o texto dos *Anais* de Thutmés III: “Minha Majestade entregou três cidades do Alto Retenu: uma é Iniugas, outra é Yenoam e a outra é Herenkaru. O tributo de (sua) contribuição anual será para a fundação do templo de meu pai, Amon¹⁷” (GALÁN, 2002, p. 99).

O *Papiro Harris I* registra as doações de Ramsés III ao templo de Amon e, além dos grãos e outros tributos da Síria-Palestina mencionados, contabiliza pelo menos nove cidades levantinas atribuídas ao culto da divindade (PRITCHARD, 1974, p. 261).

A produção das terras do aparelho estatal egípcio na zona setentrional do império era, em sua maior parte, armazenada em celeiros locais, que são mencionados em carta escrita por Zimreda, governante de Laquis:

(16-26) Observe os feitos de Piya, [fi]lho de Gulati [contra] mim. Quanto aos meus homens, que eu enviei para servirem em Jopa e proteger o celeiro do rei, meu senhor, então, observe, Piya filho de Gulati, os tomou. Então, que o rei, meu senhor, seja informado desta palavra de seu servo¹⁸. (EA 294: 16-26 Moran)

Não há vestígios arqueológicos dos armazéns de Jaffa, que permanece enterrada sob a cidade moderna hoje incorporada a Tel-Aviv. No entanto, fontes escritas referem-se a uma base egípcia com oficinas e arsenais, com artesãos capazes de trabalhar com carros de guerra, como fica

15. “Los campos de cultivo fueron convertidos en parcelas, las cuales fueron asignadas a los agentes de Palacio –¡vida, prosperidade y salud! – para recoger su cosecha”.

16. “(8–9) May the king, my lord, be apprised concerning his servant and concerning his city. (10–14) Now, it is I who am cultivating in the town of Shunem and it is I who is bringing corvée men. (15–29) Look, the city rulers that are with me are not doing as I am doing; they are not cultivating in the town of Shunem and they are not bringing corvée workers. But I, by myself, am bringing corvée workers. From Yapó (Joppa) they are coming, from [those under my] authority here, and fro[m the to]wn of Nuribda. (30–31) [So] may [the k]ing, my lord, be apprised concerning his city.” (RAINEY, 2015, p. 1243)

17. “Mi majestad le ha entregado 3 ciudades del Alto Retenu: una es Iniugas, otra es Yanoam y la otra es Herenkaru. El tributo de (su) contribución anual será para la fundación del templo de mi padre Amon”.

18. “(16–26) [Be]hold, the deeds of Piya, [so]n of Gulati [against] me. As for my men, whom I sent to serve in Yapô (Joppa) and to guard the storehouse of the king, my lord, then, behold, Piya son of Gulati took them. So may the king, my lord, be informed of this word of his servant”. (RAINEY, 2015, p.1135)

19. A prosopografia dos dois correspondentes foi traçada por Singer (1983), que associou Haya ao famoso funcionário egípcio Huy, conhecido por ter sido Filho Real de Kush, Comandante de Tjaru entre outros cargos.

20. Usando como padrão de conversão a equivalência de 34kg/khar. (CARDARELLI, 2003, p. 65)

claro pelo *Papiro Anastasi I* (PRITCHARD, 1974, p. 278). Os celeiros deveriam ter tamanho considerável, a julgar pela entrega de trigo registrada na carta de Takuxlinu, governador de Ugarit, para o funcionário egípcio Haya, encontrada em Aphek¹⁹: “Ó pai, (em relação ao) meu trigo, 250 e 2/6 (*khar*) de trigo, que Adduya deu nas mãos de [D]uršimati na cidade de Jaffa, meu pai agora diz o seguinte “250 e 2/6 (*khar*) de trigo deixe ele (i.e. Duršimati) retornar às mãos de Ad[duya]” (OWEN, 1981, p. 8).

O *khar* era uma medida egípcia de capacidade, normalmente associada a um saco, que media 48 litros. Logo, o total mencionado gira em torno de 12.144 litros de trigo, o equivalente a mais de oito toneladas e meia de trigo²⁰. Para se ter uma ideia do montante, esta quantidade de grãos, segundo os padrões de pagamento dos artesãos de Deir el-Medina, poderia sustentar 63 operários por um mês inteiro. Por outro lado, deve-se pensar que esta não era a cifra da capacidade completa dos armazéns, considerando que James Hoffmeier e Stephen Moshier (2013, p. 505) citam uma fortaleza egípcia escavada na cidade moderna de Bir el-Abd, no Líbano (aparentemente muito menos importante que Jaffa na estrutura do império), que contava com celeiros capazes de abrigar até 40 toneladas de grãos.

O cenário imperial do Egito na Síria-Palestina era composto por vários desses armazéns, abastecidos pela produção das terras estatais egípcias na região – cultivadas pela corveia de trabalhadores locais – e pelos tributos pagos pelos governantes nativos submetidos a relações de dependência. Os grãos eram usados localmente para garantir os interesses imperialistas e acabavam empregados no pagamento dos funcionários locais, na manutenção das guarnições e seus deslocamentos, além dos serviços de culto, podendo também ser utilizados nos jogos políticos locais com o apoio a um ou outro líder ou grupo dominante levantino.

O modelo de exploração empregado na área setentrional sob a hegemonia imperial apostou na descentralização, utilizando os governantes nativos – muitos deles educados no *kAp* – como principal ferramenta na região. O Estado político faraônico importava-se apenas em sobrepor às hierarquias locais a sua estrutura fiscal, mantendo os assuntos cotidianos nas mãos daqueles que já exerciam o poder. A ação egípcia concentrava-se na fiscalização, na manutenção de um jogo político no qual era interessante, inclusive, manter as discordâncias e conflitos entre diferentes líderes regionais, interferindo apenas quando os interesses geopolíticos e fiscais do império poderiam ser afetados. Nestes contextos poderia ser preciso usar as guarnições estacionadas nas bases estratégicas do Egito ou mesmo comandar campanhas militares de maior peso.

Redford (1990, p. 29) argumenta que nas franjas do império os governantes levantinos eram, grosso modo, considerados administradores egípcios. Não deve ter sido difícil para eles se adaptarem ao papel. Embora a visão de mundo da Ásia Ocidental diferisse consideravelmente do centralismo da ideologia faraônica, o império foi capaz de se adaptar razoavelmente, mantendo a perspectiva da descentralização e incorporando estratégias de domínio, como os laços de dependência pessoal.

Ao subsumir as estruturas de poder nativas, a máquina imperial permitiu que as classes dominantes dos pequenos reinos levantinos man-

tivessem e aprofundassem seu *status* social através da proximidade com o poder central. Ciro Cardoso, portanto, estava certo ao afirmar que:

Os príncipes contavam com o Egito para se manterem no poder e, mesmo, para garantir a obediência de um campesinato hostil aos elementos palaciais e urbanos que o exploravam sem piedade (a tributação egípcia vindo somar-se àquela em favor dos sistemas palaciais locais) (CARDOSO, 2003, p. 10).

Os funcionários e as estruturas físicas egípcias no Levante.....

A estrutura administrativa propriamente egípcia começava, segundo Mohammad (1956, p. 124-125), na própria “Terra Negra”, onde havia um departamento localizado na corte tebana e destinado aos assuntos das áreas setentrionais do império. Suas evidências estariam em Amarna, para onde teria sido transferido o departamento em conjunto com o complexo administrativo durante o período de Akhenaton. Chamada de “Lugar das Cartas do Faraó”, a divisão de administração da Síria-Palestina faraônica estava sob o controle de funcionários da “Terra Negra”, que lideravam uma equipe de escribas egípcios e acadianos. Para o autor, era ao chefe deste departamento que se endereçavam as cartas que os remetentes destinavam a funcionários tratados cerimonialmente como “meu pai”, quando este espaço não era ocupado diretamente pelo nome do monarca.

As *Cartas de Amarna* são claras em suas referências à existência de funcionários do Estado político imperial responsáveis pelo Levante. O principal debate continua a ser acerca da existência ou não de supervisores residentes. Mohammad (1956, p. 117), por exemplo, acredita que havia uma série de governadores egípcios instalados em diversas localidades da Síria-Palestina, como Kumidi, Tiro, Hamath, Qatna e Damasco, além de Ascalon e Gaza. No sentido contrário vão autores como Redford (1990) e Carolyn Higginbotham (1996), que não veem a correspondência diplomática como evidências suficientes da existência de uma estrutura administrativa assentada, preferindo acreditar numa espécie de supervisão expedicionária, como a utilizada na própria “Terra Negra” desde o Reino Antigo.

O título egípcio usado por estes funcionários era o mesmo daquele utilizado na porção meridional do império, *imy-r xAswt nbt mHtyw* (“Supervisor das Terras Estrangeiras do Norte”), o que seria um forte indício a favor de uma administração não-fixada, uma vez que, no caso do sul, esses indivíduos, embora fossem fiscais responsáveis pela Núbia, habitavam a “Terra Negra”. Segundo Redford (1990, p. 5), esta titulação foi aplicada originalmente no Reino Antigo para funcionários provinciais destinados a distritos longínquos, cujos negócios os conduziam, eventualmente, ao exterior. Somente na XIX^a Dinastia, com a reorganização da periferia imperial levantina, é que o título teria assumido o *status* de uma categoria de funcionários específica.

Redford (1993, p. 201) localiza a confusão entre o cargo de supervisor e o papel de um governador assentado nos problemas de tradução/interpretação da correspondência diplomática. Nas missivas, são utilizados termos como *šakin māti* (“governador”), *mālik* (“conselheiro”), *sōkēn* (“superintendente”) e *rabišu* (“o grande”), mas não se sabe quais seriam exatamente as traduções das titulações egípcias, ou mesmo se tratavam-se

21. Desta maneira, nas traduções utilizadas nesta tese, buscamos utilizar a palavra “comissário” para designar os funcionários egípcios, sem precisar se eram mensageiros ou supervisores das terras estrangeiras.

apenas de adaptações ou interpretações locais dos postos de poder. Outra questão é quando cada uma das palavras asiáticas se referia ao “Supervisor das Terras Estrangeiras” ou quando se referia aos mensageiros reais²¹. Assim, é muito difícil utilizar as *Cartas de Amarna* como parâmetro para determinar se o pessoal administrativo estava assentado ou não.

O mais provável é que o funcionalismo imperial egípcio fosse composto por uma equipe de funcionários de circuito. Mesmo os “Supervisores das Terras Estrangeiras” do Norte, que deveriam passar grandes períodos nas cidades da Síria-Palestina, compunham um quadro móvel com residência na “Terra Negra”. O circuito cumprido por estes oficiais possivelmente era organizado por turnos, nos quais faziam visitas a várias cidades onde se reuniam para fiscalizar os líderes das regiões próximas (HIGGINBOTHAM, 1996, p. 164). Um exemplo disto está na advertência enviada pelo administrador egípcio a Rewaša, príncipe de Taanach, na *Carta de Taanach 6*: “Ademais, na guarnição não havia nenhum dos teus servidores e tu não vieste a minha presença, nem enviaste teu irmão! Além disto, eu estava na cidade de Gaza e tu não vieste a mim” (AL-BRIGHT, 1944, p. 24-25).

A organização em circuito é um dos argumentos de Redford (1990, p. 34) para negar a existência da divisão provincial dos territórios do império no Levante. Para o autor, Gaza, Kumidi e Sumur eram centros administrativos que contavam com alguns funcionários egípcios encarregados de certo número de cidades próximas, mas as esferas de operação destes funcionários estariam em constante mudança. Eles deveriam ser enviados pelo faraó em diferentes missões e fazer visitas com fins específicos, de forma que apenas residiam temporariamente nas sedes administrativas e, após certo tempo, retornavam à “Terra Negra” para consultar e informar o monarca.

O “Supervisor das Terras Estrangeiras” do Norte (*imy-r xAswt nbt mHtyw*) devia ser nomeado diretamente pelo faraó, ainda que, segundo a lógica organizacional, estivesse abaixo do vizir. Mohammad (1956, p. 118) chega a defender a existência de uma cerimônia de nomeação, na qual o faraó colocava um anel no funcionário. Segundo o autor, esta cerimônia poderia ocorrer tanto em momentos nos quais o monarca estivesse de passagem pela Síria-Palestina, quanto nas ocasiões em que os líderes levantinos visitavam a “Terra Negra” para outros fins.

Não havia um vice-rei responsável por toda a área setentrional do império, como havia na Núbia. A cada supervisor era designada uma área de atuação que congregava diversos reinos locais e seus governantes nativos. Em casos de dificuldades, caberia ao supervisor entrar em contato com o faraó em busca de auxílio ou orientações.

Em sua maioria, os supervisores eram egípcios enviados em missões para o Levante. Há, entretanto, algumas evidências da indicação de líderes asiáticos ocidentais para o cargo, como na referência feita na carta de Abi-Milku, príncipe de Tiro:

Ó rei, meu senhor, tu és como o sol no céu, como o deus da tempestade nos céus! Que o rei aconselhe-se no que diz respeito a seu servo. O rei, meu senhor, designou-me para [prote]ger a cidade de Tiro, a donzela do rei, e eu enviei uma mensagem urgente ao rei, meu senhor, mas ele não enviou resposta a mim. Eu

sou o responsável do rei, meu senhor, e sou eu que trago boas notícias e, igualmente, más notícias ao rei, meu senhor²². (EA 149: 6-20 Moran)

Com a estruturação do império e a educação de diversos príncipes de reinos submetidos à dominação egípcia no *kAp* do faraó, criou-se uma sociedade muito mais cosmopolita, na qual asiáticos fizeram carreira não só na administração das zonas egípcias no exterior, mas também incluíam postos internos em seus currículos.

Os supervisores eram reconhecidos como os olhos e ouvidos do monarca egípcio na Síria-Palestina. Gestoso Singer (2008, p. 68) sintetizou suas principais funções nos seguintes pontos: 1) assegurar os interesses do Egito na Ásia sob as ordens do faraó; 2) vigiar, supervisionar e garantir a lealdade dos governantes nativos; 3) arbitrar litígios entre os príncipes locais; 4) supervisionar e comandar as tropas aquarteladas na Ásia; 5) garantir o abastecimento das tropas egípcias; 6) controlar o pagamento dos tributos.

A responsabilidade do supervisor pelos interesses imperiais no norte e sua jurisdição reguladora sobre as cidades Sírio-Palestinas aparecem na EA 208, que menciona o trabalho de um deles: “E observe, Puḥuru perguntou-me [sobre] as cidades do rei, meu senhor, [s]e as [cida]des do rei, meu senhor, estão em paz.²³” (EA 208: 1-7 Moran). No cumprimento desta tarefa, uma ação importante era manter-se atento aos governantes nativos, já que não eram incomuns os casos de sedição. Em mais de uma missiva, chefes locais declaram sua obediência aos funcionários egípcios, ainda que muitas vezes isto seja um ato para encobrir agressões contra os interesses faraônicos. Um exemplo é dado por Labayu, que, embora tenha posteriormente sua prisão ordenada pelo monarca egípcio, declara sua submissão na EA 254: “Veja, eu sou o servo leal do rei e eu não sou um malfeitor nem um criminoso e eu não retive meu tributo e nem retive a requisição do meu comissário²⁴.” (EA 254: 10-15 Moran).

O próprio Labayu foi alvo de diversas denúncias de outros governantes levantinos. Como visto, havia uma estratégia imperial de manutenção dos conflitos para evitar o fortalecimento demasiado de posições locais que pudessem ameaçar a hegemonia faraônica. O supervisor era responsável por arbitrar esses conflitos e Rib-Hadda de Biblos elogiou o desempenho de Yanḥamu neste sentido (EA 118):

Veja, os governantes da cidade têm cidades e eles estão em paz e eles não escrevem ao rei. É contra mim e contra Yanḥamu que há hostilidade. Veja, anteriormente, os comissários de Sumur faria a mediação entre nós, mas, observe, nenhum governante da cidade o escuta. O rei não tem um servo como Yanḥamu, um servo leal²⁵. (EA 118: 45-56 Moran).

No contexto da mesma disputa, Rib-Hadda escreve diretamente ao rei pedindo o envio de um supervisor para resolver a querela entre ele e outros dois membros das classes dominantes levantinas, dizendo: “Ademais, eu tenho um litígio com Yapaḥ-Hadda e Ḥa’ip. Que o rei envie um comissário e deixe que ele decida entre nós” (EA 117: 64-67 Moran).

Higginbotham (1996, p. 65) destaca que há outras fontes, além da correspondência diplomática, atestando o pagamento de tributos, cuja fiscalização era responsabilidade do supervisor. Segundo a autora, há cenas de funcionários egípcios desempenhando este papel no templo de Luxor

22. “(6–20) O king, my lord, you are like the sun god, like the storm god in heaven! May the king take counsel concerning his servant. The king, my lord, assigned me to guard the city of Tyre, the handmaiden of the king, and I sent an urgent tablet to the king, my lord, but he has not sent word back to me. I am the commissioner of the king, my lord, and it is I who brings good news and likewise bad to the king, my lord”. (RAINEY, 2015, p. 753)

23. “(8-14) And behold, Puḥuru, ask him [about] the cities of the king, my lord, [i]f the [cit]ies of the king, my lord, are at peace. (RAINEY, 2015, p. 927)

24. “(10–15) Look, I am the loyal servant of the king and I am not a wrongdoer nor am I a criminal and I have not withheld my tribute nor have I withheld the request of my commissioner”. (RAINEY, 2015, p. 1031)

25. “(45–50) Look, the city rulers have cities and they are at peace and they don’t write to the king. It is against me and against Yanḥamu that there is hostility. (50–56) Look(!), formerly the commissioners of Sumur would [se]ttle cases between us but behold, no city ruler listens to hi[m]. The k[in]g has no servant like Yanḥamu, a loyal servant”. (RAINEY, 2015, p. 627)

datadas do reinado de Ramsés II, acompanhadas de uma lista dos administradores responsáveis pela coleta).

Vestígios arqueológico-textuais do registro egípcio *in situ* da tributação da Síria-Palestina são encontrados em inscrições hieráticas (o que corrobora a perspectiva de um documento administrativo) em tigelas e cacos escavados em Lachish, Tel Sera e Tel Haror. Os textos fragmentados foram reunidos por Higginbotham (2000, p. 59-62) e indicam claramente a entrega de tributos por conta do uso da palavra *Smw* (“taxa de colheita”): “Ano 4, mês 4 de Akhet, dia 26. Isto que..... ba..... Isto que... pão... príncipe de Laquis..... Trigo (de)... *pw*. Total 1100+... de/para a taxa de colheita de (...)”.

O império levantino era controlado a partir de sedes gerenciais. Diferentemente das fortalezas de fronteira instaladas até o Sinai e normalmente associadas aos *Caminhos de Hórus*, a XIX Dinastia estabeleceu uma série de edifícios administrativos não fortificados, designados habitualmente como “Residências dos Governadores”. A associação destas estruturas ao governo faraônico na região é um dos principais argumentos em defesa de um supervisor assentado na Síria-Palestina (HASEL, 1996, p. 149), embora, como visto, esta hipótese seja frágil e a estratégia de controle deva ter sido calcada em fiscais itinerantes que residiam na “Terra Negra”.

As “residências” variavam consideravelmente em tamanho, de 200 a 800m², mas mantendo a forma predominante quadrada e, em sua maioria, cercada por muralhas externas finas com fundações de tijolos. O primeiro andar era frequentemente voltado para funções administrativas e de armazenamento, enquanto o segundo pavimento provavelmente continha áreas domésticas. A quantia de cerâmica egípcia ou de estilo egípcio encontrada nas áreas ao redor comprova a ocupação por elementos da “Terra Negra. Ellen Morris (2005, p. 688) argumenta que, estranhamente, não há uma designação para estas bases no vocabulário egípcio sobre arquitetura, sendo normalmente referidas como “guarnições” (*iwaywt*) ou cidades (*dmiw*).

A carência de estruturas defensivas nestes edifícios fortalece o argumento de que as suas principais funções estavam ligadas à administração, tributação e às trocas (o que é fortalecido pela presença de amplos espaços de armazenagem). Outra característica importante neste sentido é a existência de indícios relativos à produção manufatureira.

As sedes administrativas foram localizadas em especial na Palestina. Ainda que destaque o fato de que o Líbano e o sul da Síria não foram ainda bem escavados, Morris (2005, pp. 826-827) pensa ser duvidosa a presença deste tipo de assentamento na região. Segundo a autora, em áreas mais inseguras, o império teria continuado com a política de uso dos edifícios locais, buscando diminuir os custos em caso de potenciais destruições.

O funcionalismo egípcio em ação na Síria-Palestina contava também com a participação de inúmeros mensageiros (*ipwtj*), referenciados na correspondência internacional pela expressão acadiana *mār šipri*, que no plural é usada para se referir aos mensageiros de todos os reinos do Antigo Oriente Próximo, não apenas os egípcios. À primeira vista, sua função era carregar as mensagens régias e por isto foi associado por Re-

dford (1990, p. 26) a um *courrier*, mas um olhar mais profundo sobre a documentação demonstra que suas atribuições eram mais amplas.

Em geral, os mensageiros eram membros das classes dominantes e integrantes conceituados das cortes dos grandes reis. Deveriam ser escolhidos por congregarem um conjunto muito seletivo de habilidades, que incluía características de escribas, intérpretes, adidos diplomáticos, cavaleiros, arqueiros, guias, comerciantes e até espíões. No Egito, provavelmente estavam em contato constante com o monarca, embora fossem subordinados diretamente ao vizir.

As referências aos distintos papéis dos mensageiros são abundantes nas *Cartas de Amarna*. Todavia, há outras fontes sobre sua atuação desde o início do Reino Novo, como demonstra a captura da comunicação entre os hicsos e os núbios descrita na *Estela de Kamés*. Esta evidência indica os perigos envolvidos neste serviço, que incluíam também os possíveis atritos com saqueadores. Por isto, o cargo exigia alguma capacidade militar, especialmente no que diz respeito à montaria e ao uso do arco.

O deslocamento constante abria espaço para a atuação também como informantes e espíões, descrevendo não apenas a situação política dos reinos e territórios estrangeiros, mas também as movimentações militares. Por outro lado, isto implicava em perigo para os mensageiros, que corriam risco de prisões e violência nas cortes.

O Egito era reconhecido internacionalmente por reter mensageiros estrangeiros. Enquanto a *Estela de Gebel Barkal* afirma, como demonstração de poder, que os *ipwtyw* egípcios não eram retidos (GALÁN, 2002, p. 124), há cartas de grandes e pequenos reis ao faraó reclamando da retenção dos seus enviados. Kadašman-Enlil, monarca da Babilônia, chega a afirmar (EA 3) que um de seus representantes permaneceu retido na corte faraônica por incríveis seis anos!

A captura de mensageiros não se dava apenas nas cortes. No contexto de aproximação entre Amurru e os hititas, Aziru escapou da segunda convocação para esclarecimentos, mas enviou representantes para manter as aparências, enquanto costurava um tratado com Hatti. Neste interim, reclamou com o monarca da “Terra Negra” que o “Supervisor das Terras Estrangeiras” do Norte havia detido seus representantes:

[Anteriormente, eu quis entrar [em ser]vidão para com o rei, o deus solar], meu senhor, [masY]anhamu não me permitiu. [Então eu] os enviei, meus emissários, [pa]a o rei, meu senhor, [mas] Yanhamu [os deteve] [n]a estrada e [eles não puderam prosseguir]²⁶. (EA 171: 3-13 Moran).

A etiqueta internacional orientava o comportamento oposto: os mensageiros deviam ser recebidos com a maior hospitalidade nos palácios e alimentados generosamente. O *P. Ermitage 116A* tem registrado um relatório de entrega de grãos e cerveja a enviados estrangeiros da Síria-Palestina hospedados na corte de Amenhotep II, todos qualificados como membros da elite *maryannu*. Enquanto 10 mensageiros receberam a quantidade de uma jarra de cerveja e 1,5 *khar* de trigo, o governante de Hatuma recebeu três vezes a quantidade do líquido e mais do triplo de grãos (GALÁN, 2002, p. 169).

A recepção era um ato envolvido no intrincado cerimonial diplomático, que incluía os mensageiros que atuavam como diplomatas em

26. “(3–13) [Formerly, I wanted to enter [into servit]ude for the ki[ng, the sun god], my lord, [but Y]anhamu would not permit me. [So I s]ent them, my envoys, [t]o the king, my lord, [but] Yanhamu [detained the]m [o]n the road and [they could not go forth”. (RAINEY, 2015, p. 837)

nome dos seus monarcas, em vários sentidos. Um deles é, com certeza, a negociação de matrimônios:

Na medida em que meu irmão enviou Mane, seu mensageiro, dizendo “Por favor, meu irmão, envia-me sua filha como esposa, para a senhora da terra do Egito”, eu não causei aflição ao coração do meu irmão, mas disse, “com prazer! Sim!” E quanto àquela que meu irmão requisitou, eu a mostrei a Mane e ele a viu. Na medida em que ele a viu e ele a elogiou bastante, eu a enviarei em segurança à terra do meu irmão²⁷. (EA 19: 17-24 Moran).

27. “(17–23) Inasmuch as my brother sent Mane, his envoy, saying: “Please, my brother, send me your daughter for wife, to be the mistress of the land of Egypt,” I caused no distress to my brother’s heart but said, “with pleasure! Yes!” And as for the one whom my brother requested, I showed her to Mane and he saw her. Inasmuch as he saw her and he praised her greatly, I will convey her in safety to the land of my brother.

Cabia ainda ao mensageiro real executar parte da negociação do dote das princesas concedidas ao Egito, e acompanhá-las em suas jornadas à “Terra Negra”. A ação diplomática também incluía a realização das trocas de presentes entre os grandes reis do Antigo Oriente Próximo, que está abundantemente atestada nas *Cartas de Amarna*. Conforme notado por Carlo Zaccagnini (1973, p. 97), o modo cerimonial do intercâmbio de presentes é progressivamente degradado na direção de uma mercantilização.

A relação entre dom e comércio parece mais complexa do que uma lógica de forma e conteúdo separados de maneira tão taxativa. Mesmo havendo espaço para interesses, negociações e regateios, as trocas expressas nas cartas e outros documentos não são expressões de relações puramente mercantis envoltas em uma capa cerimonial de intercâmbio de dádivas. Tampouco se pode falar em laços de dom e contradom da maneira clássica desvendada por Marcel Mauss (2005). A dialética entre forma e conteúdo nos circuitos de trocas do Oriente Próximo deve apontar para uma dinâmica que perceba as diferenças entre uma relação comercial capitalista e as formas de comércio pré-capitalistas, imbrincadas com relações pessoais.

É a partir da observação de que a diplomacia envolvia também a negociação inclusa nos circuitos internacionais de troca que diversos autores classificam os mensageiros como comerciantes, a ponto de Gestoso Singer (2008, p. 19) preferir o conceito de “mensageiro-mercador”. Segundo a autora: “O intercâmbio de mensageiros foi a base principal do comércio entre Egito e outros Estados importantes como Babilônia, Assíria, Mitanni e Alashiya; não ocorre o mesmo nas relações entre Egito e os príncipes vassallos da Síria e Palestina²⁸” (GESTOSO SINGER, 1992, p. 68, tradução nossa).

28. “El intercambio de mensajeros fu
ela base principal del comercio entre
Egipto, Asiria, Mitanni y Alashiya; no
sucede lo mismo em las relaciones
entre Egipto y los príncipes vassallos de
Siria y Palestina”.

A relação entre o faraó e os pequenos reis não seguia a lógica de fraternidade que guiava a troca de presentes. O modelo para esta outra relação era a emulação dos laços entre pai e filho, constituindo, como visto, um vínculo de dependência pessoal que implicava o pagamento de tributos. Neste sentido, os mensageiros também desempenhavam um papel importante na recolha de taxas dos líderes submetidos na Síria-Palestina, como confirmado na carta de Aziru ao faraó, na qual ele afirma: “[E, Ó r]ei, meu senhor, envia [com] toda pressa [o teu mensageiro co]m [meu] mensageiro, [e] o tributo do rei, meu senhor, entregarei²⁹”. (EA160: 41-44 Moran).

29. “(41–44) [And O k]ing, my lord, send
[with] all haste [your envoy wi]th [my]
envoy, [and] the tribute of the king,
my lord, will I deliver.”
(RAINEY, 2015, p. 797)

As missivas diplomáticas se referem a outro funcionário da administração imperial no Levante, os “agentes” ou “controladores” (*rwDw*), identificados por Gestoso Singer (2008, p. 19) na EA 114. O mesmo cargo aparece no *Papiro Wilbour* e, segundo Alan Gardiner (1941, p. 25), eram funcionários que trabalhavam distantes de seus centros administrativos

e controlavam os cultivadores. Alguns dos agentes eram, eles próprios, possuidores de terras, e outros são descritos apenas controlando os campos do templo de Medinet-Habu. Pode-se montar um quadro no qual estes controladores atuavam na Síria-Palestina fiscalizando os tributos e a produção dos campos do faraó ou dos templos, já que isto os enquadraria na definição de Gardiner de funcionários distantes de seus centros administrativos.

O corpo do funcionalismo imperial no Levante era complementado por alguns cargos militares importantes, como os “Comandantes de Tropas” (*Hry pDt*) e os “Supervisores das Guarnições” (*imy-r iwayt*), que estavam no controle das bases e soldados na Síria-Palestina. Embora a estrutura das bases na região não fosse a mesma das *mnnw* (cidades-templárias), os postos militares no comando eram os mesmos encontrados em várias delas (especialmente as instaladas nas áreas de contato com os Líbios).

Como visto, os assentamentos egípcios encontrados na Síria-Palestina eram classificados como *dmiw*, um termo usado mais frequentemente para assentamentos civis, mas que podia ser usado para se referir, alternativamente, às *mnnw* da Líbia e Núbia. No império setentrional, a designação *dmi* foi utilizada para bases em Gaza, Sharuhem, Beth Shean e Sumur.

A representação de uma *dmi* intitulada “Usermaatre-Meryamum-é-repulsor-dos-Líbios”, na cena da celebração de vitória de Ramsés III sobre os líbios em Medinet-Habu, mostra claramente que elas poderiam ser bases fortificadas, a julgar pelas muralhas (NELSON, 1930, p. 22). Este, todavia, não parece ter sido o caso das *dmiw* encontradas em Canaã, cujas organizações geralmente consistiam em uma estrutura única, rodeada de construções externas coladas, celeiros, habitações e, ocasionalmente, pequenos templos (MORRIS, 2005, p. 816).

A correspondência diplomática conta com alguns exemplos de “Supervisores das Terras Estrangeiras” do Norte que também desempenhavam o cargo de comandante das tropas, como era o caso de Yan amu, como visto na já citada carta de Aziru (EA 171).

Os habitantes das *dmiw* na Síria-Palestina deveriam ser tanto imigrantes da “Terra Negra”, quanto canaanitas. A análise dos cemitérios próximos às bases imperiais mostra a adoção de determinadas características egípcias, como a orientação dos corpos no sentido ocidental (GONEN, 1992 p. 34-38).

Morris (2005, p. 817) aponta que as evidências arqueológicas sugerem uma alteração no padrão de taxaço durante a XX Dinastia, com os nativos levando seus tributos aos templos dos assentamentos imperiais para serem ofertados aos deuses e deusas do Egito. Isto mostra a importância estratégica das estruturas templárias no modelo imperial, algo bastante discutido para as *mnnw*, mas pouco em foco na ocupação do Levante e suas *dmiw*.

Higginbotham (2000, p. 290) dividiu os templos egípcios na Síria-Palestina em dois tipos. O primeiro, categorizou como Templos de Hathor, presentes em Serabit el-Khadim, Timna e nas minas do Sinais, tinha esta deusa egípcia como elemento primário de adoração. Já os templos

com os Santos-dos-Santos elevados, identificados em Beth Shean e Lachish, sugerem a adoração de divindades locais.

Seguindo o caminho aberto por Liverani, Ellen Morris (2015) estabelece um conceito de “lavagem ideológica” de riquezas a partir de suas ligações com entidades religiosas, ou seja, o mascaramento de um pagamento no formato de piedade. Liverani (2003, p. 229-240) demonstrou isto muito bem ao analisar as trocas egípcias com Punt, registradas no templo de Hatshepsut em Deir el-Bahri, ou aquelas presentes no *Relatório de Unamon*. Para o autor, o intercâmbio comercial estava ocultado nas fontes por meio do artifício religioso da atribuição do exterior como terra de uma divindade. Desta maneira, os produtos trazidos pelo Egito seriam ideologicamente vistos como dons entregues pela deusa (em geral Hathor, associada aos países estrangeiros), enquanto aqueles enviados para o exterior eram representados como oferendas a ela. Ressalte-se que isto poderia ocorrer também no que se refere a deidades estrangeiras, como as trocas que envolviam Abi-Baal, em Biblos.

Os faraós, portanto, enviavam presentes a templos no exterior que frequentemente tinham a forma de estátuas de divindades. Por meio de uma lógica sincrética, poderiam representar aspectos de divindades egípcias e levantinas. Deve-se destacar que a doação de estátuas deveria acompanhar as terras necessárias ao seu provimento, como era costume na “Terra Negra” e na Núbia. Por outro lado, uma relação de tributação da área sob a hegemonia imperial poderia vir na forma de doações a estas divindades, a serem repassadas ao faraó. Em síntese, os egípcios:

(...) usavam a religião não apenas para justificar seus próprios gastos imperiais frente a uma audiência caseira, mas também para revestir aspectos de dinâmicas complexas de um sistema imperial em que eles sem dúvida esperavam que fosse um esmalte ideologicamente aceitável para os submetidos da Síria-Palestina³⁰ (MORRIS, 2015, p. 171, tradução nossa).

30. “...utilized religion not only to justify their own imperial expenditures to a home audience but also to sheath aspects of the complex dynamics of an imperial system in what they no doubt hoped would be an ideologically acceptable gloss for their Syro-Palestinian subjects as well”.

Este sistema teria se estabelecido com a organização do império por Thutmés III, e teria permanecido como elemento importante da estrutura de domínio egípcio sobre a periferia. Em sua análise da taxaço imperial, Edward Bleiberg (1988, p. 167) mostra que havia três grandes maneiras de receber o tributo (*ba_kw(t)*): 1) a tomada direta pelo faraó no estrangeiro, como aparece nos *Anais*, por exemplo, após a tomada de Megiddo; 2) a recepção de delegações estrangeiras na “Terra Negra”, conforme atestam as inúmeras iconografias com cenas de entrega dos tributos; 3) a coleta em templos localizados no estrangeiro, como visto nas entregas à estátua de Amon em Gaza, registradas no *Papiro Harris*.

A doação de estátuas de divindades, e até mesmo do próprio faraó divinizado, é atestada por uma carta escrita pelo governante de Tunip:

Seu deus e sua estátua(?) do rei da terra do Egito, nosso senhor, foram localizados na terra de Tunip. Então, que nosso senhor pergunte a eles, nomeadamente seus anciãos, quando nós não pertencemos ao senhor, rei da terra do Egito?³¹ (EA 59: 9-12)

31. “(9–12) His deity and his statue(?) of the king of the land of Egypt, our lord, have been located in the city of Tunip. So may our lord ask them, namely his ancients, when did we not belong to our lord, king of the land of Egypt? (RAINEY, 2015, p. 413)

No período raméssida, especialmente, parece que as estátuas doadas passaram a ser mais frequentemente reais do que estritamente divinas. Um exemplo disto era o culto em Gaza, onde a divindade patrona deveria servir tanto a egípcios quanto a canaanitas. O templo local deveria

ser suprido com oferendas advindas do império, numa tentativa de estreitar laços com a população nativa. A partir da XXª Dinastia, todavia, sabemos que o deus residente já tinha caráter totalmente egípcio, mesclando aspectos da figura de Ramsés III aos de Amon (MORRIS, 2015, p. 9).

Seguindo o princípio básico de subsumir as estruturas locais, convertendo-as em mecanismos imperiais de dominação, o Egito tratou, portanto, de se utilizar dos cultos nativos da Síria-Palestina. De acordo com a síntese de Morris:

Cooptar cultos longamente tidos como sagrados para a população local servia aos seus interesses muito melhor. Além disto, é tentador sugerir que pelo menos alguns desses produtos coletados como *bAkw* eram de fato redistribuídos aos egípcios e seus súditos canaanitas no contexto de festividades (...). Então, em muitas grandes bases egípcias, canaanitas parecem ter entregado tributos como oferendas aos seus deuses locais ou a formas divinizadas do rei egípcio. Se os egípcios usurpavam tudo ou apenas uma parte desses tributos “templários”, dependia presumivelmente de se a base era diretamente controlada ou se tinha recebido território em terra de um vassalo. Independentemente, uma parte da produção era sem dúvida estocada localmente para auxiliar a cobrir os custos dos esforços imperiais³². (MORRIS, 2015, p. 185, tradução nossa).

Logo, há evidências que levam Morris a sugerir o uso dos templos e da religião na estratégia imperial de controle, tanto do Levante quanto da Núbia, somado, é claro, às guarnições e bases instaladas nos territórios estrangeiros.

Considerações finais

Pode-se perceber que as formas de exploração do império faraônico envolviam dinâmicas muito mais complexas do que as entregas diretas levadas ao centro imperial, fosse por agentes egípcios ou pelos próprios líderes nativos. Ao incorporar e subsumir estruturas locais, a lógica imperialista permitia um equilíbrio entre as classes dominantes periféricas e a central, tornando o cenário mais matizado do que uma realidade de oposição dicotômica e submissão violenta entre os reinos levantinos e a “Terra Negra”.

A falta de compreensão da complexidade do modelo levou a interpretações que apostaram numa leitura modernizadora da economia do Antigo Oriente Próximo na Idade do Bronze Tardio, como forma de explicar o porquê das cidades da Síria-Palestina não sofrerem enormes prejuízos com o quadro de hegemonia egípcia. Lisa Cole, por exemplo, afirma que:

Durante a Era do Bronze Tardio, como tem sido argumentado por muitos, o poder humano necessário para políticas policiais não existia. Ao contrário, as vilas e cidades participavam voluntariamente no sistema porque era economicamente vantajoso. (...) na maior parte, os egípcios adotaram uma atitude *laissez-faire* em relação à Canaã (...) e permitiram aos chefes locais (...) gerenciar seus próprios assuntos³³ (COLE, 2003, p. 15-18, tradução nossa).

A documentação mostra uma realidade totalmente oposta àquela desenhada por Cole. Se é preciso concordar que não existia a possibilidade de manter a hegemonia imperial apenas por meio da violência, por outro lado, a instalação e o deslocamento de guarnições faraônicas foi outro bastante presente no contexto geopolítico da Síria-Palestina. Ade-

32. “Co-opting cults long held as sacred to the local population served their interests much more. Further, it is tempting to suggest that at least some of the produce collected from *bAkw*-taxes was in fact redistributed to Egyptians and to their Canaanite subjects in the context of a festivity (...). Thus at a great many Egyptian bases, Canaanites appear to have delivered taxes as offerings to their local gods or to a divinized form of the Egyptian king. Whether the Egyptians usurped all or only a portion of these ‘temples’ taxes presumably depended on whether the base was directly controlled or had been granted territory in the land of a vassal. Regardless, a portion of the produce was no doubt stored locally to help cover the costs of Egypt’s imperial endeavors”.

33. “During the Late Bronze Age, as has been argued by many, the manpower necessary to police polities did not exist. Instead, the villages and cities participated voluntarily in the system because it was economically advantageous for them to do so. (...) it appears that, for the most part, the Egyptians adopted a *laissez-faire* attitude toward Canaan, (...) and allowed local rulers (...) to manage their own affairs”.

mais, os fontes são claras em relação às intervenções faraônicas na região, com os laços de dependência pessoal com os chefes locais, seus chamados a esclarecimento, as prisões de seus mensageiros, os câmbios de líderes nativos, a educação dos príncipes levantinos no *kAp* do faraó e, em última instância, o uso de tropas e campanhas punitivas. Somavam-se a isto as diferentes estratégias de tributação e extração de riquezas, que compunham um cenário muito diferente de um *laissez-faire*³⁴.

O que deve ser ressaltado é que o Egito se utilizou dos contrastes e confluências locais para manter seu poder sobre a Síria-Palestina. A exploração imperial acabou levando as áreas urbanas da região a avançarem sobre as comunidades igualitárias do campo, aprofundando as desigualdades internas. Em conclusão, Alejandro Botta parece correto em afirmar que a presença egípcia em Canaã não foi efêmera, mas...

(...) seguramente foi menos [intensa] para as classes dominantes, que se viram obrigadas a uma aliança em situação de desvantagem – ainda que conservando muitos de seus privilégios –, do que para as comunidades rurais da periferia socioeconômica, onde esta presença foi mais sentida através da pressão exercida sobre eles por “intermediários” – reis, príncipes ou arrecadadores – que governam a região em nome do faraó³⁵ (BOTTA, 1995, p. 51, tradução nossa).

34. Cabe o comentário de que essa interpretação de Cole nada mais é do que a transposição – mesmo que inconsciente – para o Bronze Tardio de uma realidade que nega a exploração imperialista no capitalismo das últimas décadas, escondendo-a sob a capa de um suposto mercado imparcial. Há maneiras mais interessantes de perceber a ação dos elementos explorados, sem negar o processo de exploração. Como, por exemplo, uma perspectiva que valorize o conflito interno às sociedades periféricas e o coloque em relação direta com a estratégia imperial.

35. “...seguramente lo fue menos para las clases dominantes que se vieron obligadas a una alianza em situación de desventaja – aunque conservando muchos privilegios – que para las comunidades rurales de la periferia socio-económica, em donde esta presencia se sentió más a través de la presión ejercida sobre ellos por los ‘intermediarios’ – reyes, príncipes o recaudadores – que gobernaban la región em nombre del faraón”.

Referências

- AHITUV, Shemuel. Economic Factors in the Egyptian Conquest of Canaan. **Israel Exploration Journal**, v. 28, n. 1/2, p. 93–105, 1 jan. 1978.
- ALBRIGHT, W. F. A Prince of Taanach in the Fifteenth Century B. C. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, n. 94, p. 12–27, 1 abr. 1944.
- BLEIBERG, Edward. The Redistributive Economy in New Kingdom Egypt: An Examination of B3kw(t). **Journal of the American Research Center in Egypt**, v. 25, p. 157–168, 1988.
- BOTTA, Alejandro. **Cultura Material, Evolución Demográfica y Cambio Político en Palestina durante la Dominación Egípcia**. Buenos Aires: Programa de Estudios de Egiptología - CONICET, 1995. v. 2. (Anexos de la Revista de Estudios de Egiptología. Colección Estudios).
- CARDARELLI, François. **Encyclopaedia of scientific units, weights, and measures: their SI equivalences and origins**. London: New York Springer, 2003.
- CARDOSO, Ciro. O Egito e o Antigo Oriente Próximo na Segunda Metade do Segundo Milênio: um olhar sobre os dons e contradons entre governantes no apogeu da Idade do Bronze. **Interação Social, Reciprocidade e Profetismo no Mundo Antigo**. Vitória da Conquista: UESB, 2003. p. 95–125.
- COLE, Lisa. **The Economic Organization of Southern Canaan in the Late Bronze Age. A Synthesis of the Textual and Archeological Data**. 2003. Tese de Doutorado – Tucson, The University of Arizona, 2003.
- GALÁN, José M. **El Imperio egipcio: inscripciones, ca. 1550-1300 a. C.** Madrid, Barcelona: Trotta; Edicions de la Universitat de Barcelona, 2002.
- GARDINER, Alan Henderson Sir. **The Wilbour Papyrus**. Oxford: Oxford University Press, v. 2, 1941.
- GIVEON, Raphael. **The impact of Egypt on Canaan: iconographical and related studies**. Freiburg/Schweiz; Göttingen: Universitätsverlag; Vandenhoeck & Ruprecht, 1978.
- GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.
- GONEN, Rivka. **Burial patterns and cultural diversity in late Bronze Age Canaan**. Winona Lake, Ind. Eisenbrauns, 1992.
- GESTOSO, Graciela. Los Mensajeros en la época de El Amarna. **Revista de Estudios de Egiptología**, v. 3, p. 63–69, 1992.
- HASEL, Michael. **Domination and Resistance: Egyptian Military Activity in the Southern Levant during the Late Bronze/Early Iron Age Transition**. 1996. Tese de Doutorado – University of Arizona, Phoenix, 1996.

HIGGINBOTHAM, Carolyn. Elite Emulation and Egyptian Governance in Ramesside Canaan. *Tel Aviv*, v. 1996, n. 2, p. 154–169, 1 set. 1996.

HIGGINBOTHAM, Carolyn R. **Egyptianization and elite emulation in Ramesside Palestine: governance and accommodation on the imperial periphery**. Leiden, Boston: Brill, 2000.

HOFFMEIER, James; MOSHIER, Stephen. “A Highway out of Egypt”: The Main Road from Egypt to Canaan. In: FÖRSTER, FRANK; RIEMER, HEIKO. **Desert road archaeology in ancient Egypt and beyond**. Africa praehistorica. Köln: Heinrich-Barth-Institut, 2013. p. 485–510.

LENIN, Vladimir. **Obras Escolhidas.**, Avante, Lisboa-Moscou, 1977.

LIVERANI, Mario. **Relaciones internacionales en el Próximo Oriente Antiguo, 1600-1100 A.C.** Barcelona: Edicions Bellaterra, 2003.

MARTINS, Daniela. “Até os Pilares do Céu”. **Estratégias de Domínio Político Administrativo na Síria-Palestina no Reinado de Tutmés III**. 2013. Dissertação de Mestrado – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 185–314.

MOHAMMAD, M. Abdul-Kader. The Administration of Syro-Palestine during the New Kingdom. *Annales du Service des Antiquités d’Égypte*, v. 56, p. 105–136, 1956.

MORAN, William. (Org. e Trad.). **The Amarna Letters**. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1992.

MORRIS, Ellen. Exchange, extraction, and the politics of ideological money laundering in Egypt’s New Kingdom Empire. In: EDER, B.; PRUZSINSZKY, R (Org.). **Policies of Exchange: Political Systems and Modes of Interaction in the Aegean and the Near East in the 2nd Millennium B.C.E., Proceedings of the International Symposium at the University of Freiburg Institute for Archaeological Studies, 30th May-2nd June 2012**. Viena: Austrian Academy of Science Press, 2015. p. 167–190.

MORRIS, Ellen Fowles. **The architecture of imperialism: military bases and the evolution of foreign policy in Egypt’s New Kingdom**. Leiden; Boston: Brill, 2005.

MORSCHAUSER, Scott N. The End of the S f()-Tr(yt) “Oath”. *Journal of the American Research Center in Egypt*, v. 25, p. 93–103, 1988.

MÜLLER, Marcus. A view to a kill: Egypt’s grand strategy to her northern empire. In: BAR, SHAY; KAHN, DAN ’EL; SHIRLEY, J. J (Org.). **Egypt, Canaan and Israel history, imperialism, ideology and literature: proceedings of a conference at the University of Haifa, 3-7 May 2009**. Leiden; Boston: Brill, 2011. p. 236–251. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1163/ej.9789004194939.i-370>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

NA’AMAN, Nadav. Economic Aspects of the Egyptian Occupation of Canaan. *Israel Exploration Journal*, v. 31, n. 3/4, p. 172–185, 1 jan. 1981.

NELSON, Harold Hayden (Org.). **Medinet Habu - Epigraphic Survey**. Chicago: University of Chicago Press, 1930.

OWEN, David. An Akkadian Letter from Ugarit at Tel Aphek. *Tel Aviv*, v. 8, p. 1–17, 1981.

PEREYRA, Violeta. Los Maryannu: su inserción socio-política en los estados de Siria y Palestina durante el Período del Bronce Reciente. II. *Revista de Estudios de Egiptología*, v. 4, p. 33–65, 1993.

POLANYI, Karl. A economia enraizada na sociedade. **A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 95–106.

PRITCHARD, James Bennett. **Ancient Near Eastern texts: relating to the Old Testament**. Princeton: Princeton university press, 1974.

RAINEY, Anson F; SCHNIEDEWIND, William M. **The El-Amarna correspondence: a new edition of the cuneiform letters from the site of El-Amarna based on collations of all extant tablets**. Leiden-Boston: Brill, 2015.

REDFORD, Donald. **Egypt and Canaan in the New Kingdom**. Beer-Sheva: Ben-Gurion University of the Negev Press, 1990.

REDFORD, Donald. **Egypt, Canaan, and Israel in Ancient Times**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

REDFORD, Donald B. A Gate Inscription from Karnak and Egyptian Involvement in Western Asia during the Early 18th Dynasty. *Journal of the American Oriental Society*, v. 99, n. 2, p. 270–287, 1 abr. 1979.

SINGER, Graciela Gestoso. **El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton**. Buenos Aires: Society of Biblical Literature-Universidad Católica Argentina, 2008.

SINGER, Itamar. Takuhlinu and Haya: Two Governors in the Ugarit Letter from Tel Aphek. **Tel Aviv**, v. 10, p. 3–24, 1983.

ZACCAGNINI, Carlo. Modelli di Comportamento. **Lo scambio dei doni nel Vicino Oriente durante i secoli XV-XIII**. Roma: Centro per le antichità e la storia dell'arte del Vicino Oriente, 1973. p. 95–147.

ZINGARELLI, Andrea Paula. **Trade and market in New Kingdom Egypt: internal socio-economic processes and transformations**. Oxford: Archaeopress, 2010.